

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: REALIDADE, COMPLEXIDADE E POSSIBILIDADES.

CHAVES, Sandramara M. – UFG

GT: Didática / n.04

Agência Financiadora: não contou com financiamento.

O presente trabalho é decorrente de estudos e pesquisas que venho realizando nos últimos anos sobre o tema da avaliação da aprendizagem, buscando não só compreender e analisar criticamente as questões que permeiam as práticas avaliativas dentro da instituição escolar, nos seus diferentes níveis, como também apontar possibilidades que, para além do uso da avaliação como aferição e classificação, punição ou mero instrumento de controle ou expressão de poder, possam contribuir para a efetivação de aprendizagens mais significativas em termos dos objetivos pretendidos. Mais especificamente, esta proposta de investigação sobre a avaliação da aprendizagem no Ensino Superior, estava direcionada para as seguintes indagações: Que princípios devem nortear a prática pedagógica de um professor universitário, e conseqüentemente seu processo avaliativo, com vistas a uma formação profissional de qualidade? É possível dar conta de efetivar um processo avaliativo contínuo, crítico e coerente numa sala de aula universitária? Que procedimentos avaliativos são mais específicos e pertinentes aos processos de ensino de nível superior? A partir destas questões, pude formular o objeto da pesquisa nos seguintes termos: *As concepções e práticas de avaliação da aprendizagem dos professores de ensino superior e suas repercussões na sala de aula do ponto de vista dos alunos.* Um estudo dessa natureza, voltado para a sala de aula universitária, justifica-se pela complexidade da temática abordada e ainda pelo fato de serem incipientes as contribuições provenientes de pesquisas no campo da avaliação da aprendizagem, nesse nível de ensino. Assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi realizar uma análise das práticas avaliativas na universidade e das concepções dos seus protagonistas sobre avaliação, considerando-as como referência para uma análise crítica da prática docente dos professores e de suas repercussões junto aos alunos. Foram utilizados para obter os dados da pesquisa, questionários para alunos do último ano e professores dos seguintes cursos: Direito, História, Letras, Engenharia Elétrica, Matemática, Engenharia Civil, Odontologia, Veterinária e Enfermagem. Foi utilizada também a técnica do Grupo Focal, com o objetivo de aprofundar as discussões e

obter mais elementos para a análise do tema em foco.

A reflexão teórica sobre as questões pedagógicas e mais especificamente sobre o processo de ensino-aprendizagem em cursos superiores, sua natureza e especificidades não têm sido a tônica das discussões na Universidade.

No que se refere à avaliação, é possível constatar o recente interesse por parte dos estudiosos, o que se expressa na produção e na carência de pesquisas sobre o assunto.

Recentemente, surgiram alguns trabalhos que discutem e indicam caminhos para a avaliação da aprendizagem nesse nível de ensino. Dentre eles, destacam-se os de Hoffmann (1995, 1998), que discute os mitos da avaliação e propõe uma avaliação mediadora como possibilidade de acompanhamento contínuo e gradativo da aprendizagem do aluno; Ludke e Salles (1997), que relatam e analisam um estudo do processo de avaliação do ensino/aprendizagem realizado pelas autoras em um curso de Nutrição da sua instituição, a partir da visão dos atores envolvidos; Villas Boas (2000), discute a avaliação no contexto do trabalho pedagógico universitário, passando por questões como o aluno que chega à universidade, o professor universitário e sua formação, a relação objetivos/avaliação e ao propor um olhar crítico sobre a avaliação aponta a necessidade de realização de pesquisas sobre o tema que forneçam dados para uma análise aprofundada da questão; Wachowicz (2000), refere-se aos paradoxos em torno da avaliação, abordando-a numa perspectiva dialética; Castanho (2000), tem como foco de análise a inovação na avaliação em educação superior, relatando e analisando dados de uma pesquisa realizada com alunos de pós-graduação sobre a temática; Chaves (2001) também analisa a complexidade da avaliação, da formação de professores universitários, propondo pontos fundamentais para uma pauta de discussão sobre a avaliação da aprendizagem do aluno no ensino superior e De Sordi (1995, 2000, 2001) que discute a prática de avaliação do ponto de vista de alunos e professores, através de uma experiência desenvolvida no curso de enfermagem, aborda as possibilidades de inovação e posteriormente aponta alternativas propositivas no campo da avaliação da aprendizagem.

Os trabalhos anteriores se configuram na forma de artigos que compõem livros que tratam de questões didático - pedagógicas na universidade. Como obra totalmente dedicada à questão, pode-se apontar o livro de Berbel, et al.(2001) que aborda a avaliação da aprendizagem no ensino superior através de um retrato em cinco dimensões: pedagógica,

instrumental, emocional, ética e corporal-ritual, com base em dados de pesquisa realizada pelas autoras com alunos do curso de licenciatura.

Além disso, tem chegado ao nosso país alguma literatura estrangeira- que também não é vasta- abordando a avaliação no ensino superior como Benedito e outros(1995), Sacristán e Gómez (1998) Rivilla et al. (1998) os quais apontam já para uma tentativa mais sistematizada de compreensão das relações que se estabelecem em uma sala de aula de nível superior e o papel preponderante que a avaliação ocupa, ou continua ocupando, nesse processo. Essas produções internacionais, traduzidas e/ou publicadas em seu idioma de origem, tem exercido influência nas discussões e produções nacionais sobre avaliação, a exemplo do que acontece em outras áreas de conhecimento.

Embora não se pretenda aqui esgotar uma relação da produção sobre esse tema, é importante ressaltar que nos programas de pós-graduação no país, têm sido produzidas dissertações e teses, fruto de pesquisas mais sistematizadas sobre avaliação. Em sua tese de doutorado, Souza (1994), fez um estudo relevante sobre a natureza e as contribuições da pesquisa em avaliação da aprendizagem no Brasil de 1980 a 1990. Mais recentemente, podemos citar algumas pesquisas que buscam tratar a temática numa perspectiva crítica e contextualizada: Cristino (2001) analisou as práticas avaliativas realizadas no ensino de graduação de uma Faculdade Brasileira de Odontologia; Bittencourt (2001) desenvolveu uma proposta de avaliação formativa no ensino superior, no curso de Agronomia; Vieira (2002) analisa a avaliação da aprendizagem em um curso de Pedagogia do ponto de vista dos seus limites, avanços e evidências da prática. É importante ressaltar também a realização em novembro de 2001, de um seminário fechado na Unicamp, que reuniu quinze especialistas em avaliação para discutir a sua aplicação a vários objetos: a formação do indivíduo (incluída a aprendizagem), os programas e currículos e as instituições educacionais. Embora esse seminário não tenha tratado especificamente da avaliação no ensino superior, as discussões ali realizadas, FREITAS (2002), com certeza expressam preocupações comuns dos estudiosos e trazem contribuições significativas à compreensão dessa temática.

Apesar de alunos e professores universitários em geral estarem submetidos às mudanças no campo educacional, à avaliações interna e externa, poucos se dispõem a parar para discutir, refletir e analisar as implicações, por exemplo, da avaliação na constituição

das relações professor/aluno na universidade, preparando-se para enfrentar os problemas que ela envolve e promove.

O que se percebe ao aprofundar os estudos sobre a questão é que o ensino superior não está isento dos problemas mais gerais constatados nesse campo e que, tanto na teoria quanto na prática, a avaliação nesse nível de ensino se reveste de rituais e atitudes discriminatórias. Neste caso, a avaliação ocorre de adulto para adulto, talvez por isso seja menor a preocupação em compreender o seu papel no processo de aprendizagem, seus limites e possibilidades no conjunto de procedimentos que compõem a organização do trabalho pedagógico na sala de aula e sua influência na condução do processo de ensino.

Os médicos, engenheiros, arquitetos, advogados, administradores, odontólogos, veterinários, agrônomos, etc. que assumem a profissão de professores universitários estão, nesse contexto e em função de uma ausência de formação específica, pouco preparados para lidar com as questões pedagógico-didáticas (Cf. BENEDITO e outros (1995), VASCONCELOS (2000), MACHADO (1996) CUNHA (1998), LUDKE (1998). Em decorrência disso, grande parte deles avalia da forma como foram avaliados em sua trajetória escolar, ou vão criando, a partir da experiência e do bom senso, maneiras de se avaliar o desempenho dos alunos. A maioria dos professores pratica uma avaliação tradicional, basicamente utilizando provas escritas para verificar a retenção dos conhecimentos repassados, não servindo para orientar ou re-orientar o aluno, para situá-lo frente as exigências da disciplina e do curso e do papel que os conteúdos de cada disciplina tem na sua formação profissional. Em pesquisa realizada com professores e alunos de diferentes cursos, na UFPel, CUNHA (1998, p. 32) aponta:

A questão da avaliação é a mais complexa e pode estar a revelar uma certa incompreensão dos objetivos da proposta (inovadora) por parte dos alunos e/ou uma certa indefinição quanto à forma e ao modo de avaliar numa proposta diferente por parte do professor. Ambos os sentimentos são próprios à construção do novo.

O professor cumpre as exigências legais da instituição – dar aulas, avaliar e atribuir notas. O aluno, na maioria das vezes, mais preocupado em passar na disciplina, em

conseguir notas, do que com a qualidade da sua formação profissional, submete-se passivamente a esse ritual.

Da realidade, complexidade e limites, à possibilidade de práticas diferenciadas de avaliação no ensino superior

Para compreender a complexidade real dos fenômenos educativos como fenômenos sociais, é imprescindível chegar aos significados, Ter acesso ao mundo conceitual dos indivíduos e às redes de significados compartilhados pelos grupos, comunidades e culturas . A complexidade da investigação educativa reside precisamente nesta necessidade de ter acesso aos significados , já que estes só podem ser captados de modo situacional, no contexto dos indivíduos que os produzem e trocam. (Pérez Gomez, 1998, p.103)

Como se pode constatar, o tema da avaliação representa uma área crítica também no Ensino Superior, pois pesquisas recentes vem apontando as dificuldades e os impasses vividos por professores universitários ao avaliar seus alunos, o que ficou explicitado também nesta pesquisa realizada em nove cursos de diferentes áreas na Universidade Federal de Goiás.

Ao invés de diagnosticar a ocorrência ou não de aprendizagem e suas razões, visando o replanejamento do trabalho pedagógico, a avaliação assume aspectos contraditórios e incoerentes com o seu papel, ao exercer funções que ao contrário de manterem o aluno na universidade e contribuírem com o seu percurso, fazem – no distanciar – se dela.

Para compreender o papel exercido pela avaliação no processo de ensino, é importante perceber os princípios que embasam os julgamentos feitos pelos professores ao avaliarem, ou seja, os pressupostos valorativos presentes na avaliação escolar que explicitam o ato de julgar o desempenho dos alunos.

Gimeno (1988, p.394) alerta para

La existencia de una tendencia a la ampliacion de lo que se

considera objeto de evaluación referido a los alumnos en los ambientes escolares. La ideología psicológica e humanista de conocer mejor o alumno es recuperada por la ideología de control en la institución escolar, aunque ésta vaya disfrazada de mentalidad técnica de conocer mejor e más fiablemente las realidades educativas.

O autor alerta ainda para a ideologia do controle que pode estar presente nesse avaliar tudo no aluno, o que pode acarretar a consideração de qualquer comportamento “adequado” ou “inadequado” em sala de aula como passível de valoração, atitude essa que traz no seu bojo a crença de que só é processo educativo o que é avaliado. Uma avaliação adequada, requer a formulação e explicitação de antemão dos critérios que serão utilizados para dar conta do nível de produção dos alunos, o que também permite identificar se existem critérios comuns. No caso de grande parte dos professores sujeitos desta pesquisa, foi possível constatar a ausência de critérios ao avaliar, a inexistência de critérios estabelecidos em conjunto por professores de uma mesma disciplina e principalmente por aqueles que dividem segmentos dentro de uma única disciplina. A dúvida é se essa proposta seria capaz não só de avaliar o que e como se aprendeu, mas também o que e como se ensinou, de forma a ter informações sobre o que sabe e o que sabe fazer um estudante nas diferentes momentos de sua formação profissional

É necessário buscar uma renovação do campo da avaliação que supere o velho conceito e as práticas arraigadas de avaliação como constatação/ verificação de um certo nível de aprendizagem do aluno. É preciso conhecer as características dos processos, ultrapassando o estudo de tudo quanto se manifesta para se prolongar até a identificação das causas e conseqüências e não apenas dos resultados em si, tornando possível tomar medidas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do ensino e conseqüentemente para a efetivação da aprendizagem.

A construção de uma proposta de avaliação passa inevitavelmente por uma opção sobre ensinar e aprender, a qual expressa por sua vez uma opção por um modelo epistemológico-pedagógico. Essa opção, implica numa forma explícita de pensar o ensino e as bases da proposta pedagógica. Em última instância, a avaliação consiste na articulação

da teoria à realidade, numa atividade de reflexão sobre o ensino, que tem como base o recolhimento de dados sobre as manifestações dessa mesma realidade, proporcionando informações básicas e necessárias a todos aqueles implicados no processo educativo.

É necessário também que haja coerência em um sistema de avaliação que, considere a relação mútua existente entre os aspectos qualitativos e quantitativos desse processo, a natureza da relação pedagógica e os objetivos que se propõe alcançar, pois o ensino constitui um processo eminentemente complexo, que evolui de maneira dinâmica, portanto a avaliação da aprendizagem deve assumir a dificuldade que a consideração simultânea de todos estes componentes implica ao longo do seu desenvolvimento. Nesse sentido, ao avaliar o professor deverá coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível, as manifestações das condutas cognitivas e afetivas dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido, atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem e tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes com base nessas informações. (Cf. Luckesi: 1991)

Estamos vivendo no Brasil atualmente um momento de reconstrução do cotidiano escolar e a avaliação ocupa um papel preponderante nessa redefinição, devido principalmente à sua relação com o fracasso escolar e à percepção das implicações e determinações da avaliação na formação profissional.

Dessa forma, é urgente buscar propostas alternativas para avaliar o desempenho do aluno, propostas estas que para além das diferentes denominações que possam receber, dêem conta de dar respostas às exigências colocadas pelas características e especificidades dos processos de formação que se desenrolam na universidade. Para Estébam (1999), as alternativas que se apresentam oscilam entre três perspectivas:

a) *Retorno ao padrão rígido definido pela avaliação quantitativa:*

– o que para a autora está sendo assumido pelas propostas vindas do MEC: SAEB, ENEM, “Provão”, complementadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. A dinâmica nesse caso está voltada para procedimentos que possam favorecer a qualidade e produtividade.

b) *Consolidação de um modelo híbrido:*

– essas propostas afirmam uma ruptura com a avaliação quantitativa,

compartilham a afirmação de que os sujeitos escolares são sujeitos históricos e sociais, destacam a aprendizagem como processo e a necessidade de que o tempo escolar considere os tempos e ritmos individuais. No entanto, para Estéban (1999, p.13):

Este modelo híbrido engloba duas perspectivas distintas: uma que não abandonou a idéia de que a avaliação deva ser um instrumento de controle, de adaptação e de seleção, ainda que o controle deva ocorrer por meio de mecanismos cada vez menos visíveis, de modo a adquirir uma aparência democrática e a seleção deva ser resultado de um processo que analise o sujeito em sua complexidade, atuando no sentido de adaptá-lo ao seu lugar na hierarquia social; a outra perspectiva tem como objetivo romper com o sistema de controle e de segregação, mas ainda não encontrou os aspectos-chave que devem ser transformados, por isso propõe modificações superficiais, ainda que aparentemente indique mudanças profundas.

c) *Construção de uma avaliação democrática, imersa numa pedagogia da inclusão:*

– esta percepção implica numa mudança radical na lógica que conduz as práticas de avaliação, pois pressupõe substituir a lógica da exclusão pela da inclusão.

Sendo assim, uma concepção de avaliação que pode responder às necessidades de uma universidade que vise a construção da cidadania aliada à formação do indivíduo e à formação profissional, deve estar calcada numa visão progressista e crítica de educação. Por isso mesmo é necessário redirecionar o ato pedagógico enquanto influência mútua entre desiguais, onde cada um tem o seu papel específico. Esta redefinição do ato pedagógico implicará na conseqüente redefinição da avaliação da aprendizagem.

A superação de uma dada realidade se produz em uma proposta avaliativa que possibilite ao estudante integrar conteúdos, articular diferentes perspectivas de análise, exercitar a dúvida e o desenvolvimento do espírito de investigação, colocando-se a aprendizagem como um ato de ampliação da autonomia do aluno e a avaliação da aprendizagem como oportunidade de inovação, de retomada, que permita ao aluno ampliar

as suas possibilidades de questionar suas ações e decisões diante de situações singulares e divergentes, com vistas à melhoria da qualidade da formação.

Na pesquisa realizada, alguns professores expressaram em suas respostas empenho em estabelecer coerência entre ensino e avaliação, embora os alunos apontem a ausência dessa coerência, caracterizando a avaliação como um processo desvinculado do ensino e da aprendizagem.

Embora os professores na sua fala expressem um entendimento de avaliação como um processo contínuo e dinâmico, os alunos reclamam de sistemas de avaliação estanques, meramente somativos, desvinculados do processo. A avaliação formativa muitas vezes se perde em meio ao cumprimento das normas e regras da instituição e ao comodismo de alguns professores.

São poucos os professores que utilizam as dúvidas dos alunos ou os resultados das avaliações como possibilidades de retomada que os auxilie a compreender melhor a sua trajetória no processo de construção do conhecimento e na sua formação.

Embora o objetivo da pesquisa não fosse fazer uma acareação entre o que dizem os professores e o que pensam os alunos, foi inevitável perceber a contradição entre o que se diz que se faz, e o efetivamente feito.

As situações de avaliação não se esgotam nelas mesmas, e vão para além da discussão que envolve a atribuição de notas ou a aplicação de provas. Mais importante do que isso, é definir e compreender o papel da avaliação no processo de ensino aprendizagem, articulando-a aos objetivos - conteúdos - métodos, ao projeto político pedagógico da instituição de ensino e aos objetivos, características e perfil do profissional que se quer formar.

Essa preocupação ficou explícita principalmente na fala dos professores do curso de Engenharia e História, ao contrário daqueles do curso de Engenharia Civil e Elétrica, por exemplo, cujas preocupações estão mais voltadas para a comprovação dos graus de aprendizagem e para a avaliação somativa.

É mister perceber que a avaliação não é um fato isolado, mas decorre de uma prática pedagógica coerente e organizada, articulada ao perfil do profissional que se quer formar, aos objetivos desta formação e interligando ensino-aprendizagem e avaliação como elementos indissociáveis. Em alguns cursos, foi possível perceber uma maior preocupação

com a aprendizagem do aluno por parte de professores e gérmenes de práticas avaliativas mais integradoras. Em outros, os próprios professores, expressaram a sua concepção de ensino como transmissão, aprendizagem como reprodução dos conteúdos e a avaliação como devolução, via memorização, desses mesmos conteúdos, sem muita preocupação com as consequências pedagógicas e profissionais dessa postura.

Acredito que para desenvolver um processo avaliativo na perspectiva aqui postulada – avaliação integradora – é necessário levar em conta alguns pressupostos, considerando o nível de ensino, as características dos alunos, da disciplina, do curso e as especificidades da formação profissional:

- Discussão com os alunos do plano da disciplina, dos elementos que o compõe e especialmente do sistema de avaliação, criando a possibilidade de ele ser assumido por todos os envolvidos no processo e não apenas definido unilateralmente pelo professor.

- Utilização do diálogo (professor/alunos, alunos-professor, alunos-alunos) como um processo de debate coerente, fundamentado, sistemático, não só como meio para adquirir ou construir conhecimentos, como também como possibilidade de transformação das relações que se estabelecem numa sala de aula universitária, onde uma relação de poder dá lugar a uma relação de respeito mútuo e compartilhamento. Nessa relação, longe de perder a sua autonomia e descaracterizar o seu papel, o professor o reafirma, através de uma postura compromissada e competente diante da formação de seus alunos e do trabalho com os conteúdos previstos.

- Relação dos conhecimentos com os aspectos contextuais externos (sociais, culturais, políticos, econômicos) e internos, estabelecendo conexões entre os elementos e temas trabalhados, evitando a fragmentação do conhecimento e possibilitando a articulação com as peculiaridades do perfil do profissional que se quer formar.

- Utilização de uma gama variada de instrumentos e procedimentos para avaliar a aprendizagem dos alunos, compatíveis com as características e os processos de aprendizagem do aluno universitário.

Como possibilidades podemos elencar alguns aspectos norteadores para uma pauta de discussão sobre a avaliação da aprendizagem na educação superior, que podem contribuir para a mobilização do debate, fornecendo elementos aos professores universitários para discutir e criar alternativas a partir do seu próprio contexto, visto que a alteração das práticas avaliativas não se dá de fora para dentro, mas, a partir dos interesses e necessidades de seus protagonistas:

- atentar principalmente para os processos e não só para os resultados
- dar possibilidades aos protagonistas de se expressarem e de se avaliarem
- utilizar procedimentos e instrumentos variados para avaliar a aprendizagem
- intervir, com base nas informações obtidas via avaliação, em favor da superação das dificuldades detectadas
- configurar a avaliação a serviço da aprendizagem, como estímulo aos avaliados e não como ameaça
- contextualizar e integrar a avaliação ao processo ensino – aprendizagem
- definir as regras do jogo avaliativo desde o início do processo
- difundir as informações e trabalhar os resultados, visando retroalimentar o processo
- realizar meta – avaliação, paralela aos processos de avaliação propriamente ditos
- considerar e respeitar as diferenças e as dificuldades manifestadas em sala de aula.

Vale lembrar que estas ações de nada valerão se não estiverem voltadas para um projeto de formação profissional e para os objetivos educacionais esperados. Libâneo (2003, p.9) chama a atenção para a importância da organização e gestão da instituição educativa em relação ao trabalho do professor:

Não é possível uma efetiva mudança nas práticas de ensino universitário sem ações e mudanças na organização e gestão do curso. A organização e gestão das escolas tem sido abordadas de um ponto de vista burocrático, administrativo, envolvendo os níveis hierárquicos de exercício do poder, os colegiados acadêmicos e as formas de tomada de decisões. Embora esses aspectos sejam relevantes, não é nesse sentido que afirmamos a relação entre a sala de aula e a organização da escola, mas no sentido de que tudo que ocorre na sala de aula deve estar em consonância com o que ocorre no âmbito das decisões em torno do projeto pedagógico, dos objetivos de ensino, do currículo, das formas convencionadas de relações professor-aluno e procedimentos de ensino.

Pelo exposto, fica claro então que mudanças mais significativas em relação à avaliação da aprendizagem do aluno no ensino superior dificilmente acontecerão por meio de ações individuais isoladas, desvinculadas de um projeto pedagógico curricular compartilhado e participativo, que favoreça a reflexão conjunta e que não desconsidere o papel que o contexto social exerce sobre a função que a universidade tem na formação profissional e os riscos de, por meio da avaliação, legitimar processos de exclusão e discriminação na sala de aula universitária. Dessa forma, possibilitar, por meio de reflexões conjuntas, a análise do que é aparente e do que está subjacente às práticas avaliativas no ensino superior é um caminho promissor para descortinar a sua complexidade e as possibilidades que ela coloca, quando integrada aos objetivos de ensino e da formação profissional, para atuar a serviço da aprendizagem do aluno.

Referências bibliográficas:

BENEDITO, A. V. e outros. *La formacion universitária a debate*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1995.

BERBEL, Neusi A. Navas, et al. *Avaliação da aprendizagem no ensino superior: um retrato em cinco dimensões*. Londrina: Editora UEL, 2001.

BITTENCOURT, Neide Arrias. *Avaliação formativa de aprendizagem no ensino superior: um processo construído e vivenciado*. São Paulo: USP, 2001.

CASTANHO, Sérgio. Ainda avaliar? In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.) *O que há de novo na Educação Superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CHAVES, Sandramara M. *A avaliação da aprendizagem no ensino superior*. In: MOROSINI, M. (Org.). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Brasília: Editora Plano, 2001.

CRISTINO, Patrícia Suguri. *Uma análise crítica das práticas avaliativas realizadas no ensino de graduação de uma faculdade brasileira de Odontologia*. Dissertação de Mestrado, Ribeirão Preto: USP, 2001.

CUNHA, M. I. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papyrus, 1992.

CUNHA, M.I. & E FERNANDES L. *Formação continuada de professores universitários: uma experiência na perspectiva da produção do conhecimento*. In: Anais VII Endipe, Goiânia, 1994.

CUNHA, M. I. & LEITE, D. *Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade*. Campinas: Papyrus, 1996.

CUNHA, Maria Isabel. *O professor universitário na transição de paradigmas*. Araraquara: JM Editora, 1998.

CUNHA, M I. FERNANDES C. M. FOSTER M.M. *Avaliação externa e os cursos de graduação: implicações políticas na prática pedagógica e na docência*. In; Avaliação – RAIS - v..8,n.1,mar.Campinas:2003.

DE SORDI, Mara Regina Lemes. *A prática de avaliação do ensino superior – uma experiência na enfermagem*. São Paulo: Cortez; Campinas: Pontificia Universidade Católica de Campinas,1995.

DE SORDI, Mara Regina Lemes. *Avaliação da aprendizagem universitária em tempos de mudança: a inovação ao alcance do educador comprometido*. In: VEIGA, Ilma Passos e CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.) *Pedagogia Universitária: a aula em foco*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

DE SORDI, Mara Regina Lemes. *Alternativas propositivas no campo da avaliação: por quê não?* In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.) *Temas e textos em Metodologia do Ensino Superior*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ESTEBAN, M.T. (Org) *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP& A,1999.

FELTRAN, Regina Célia de Santis (Org.) *Avaliação na educação superior*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

FREITAS, Luis Carlos de. (Org.) *Avaliação: construindo o campo e a c.....*. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. *Avaliação mediadora. Uma prática em construção da Pré-Escola à universidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.

_____. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto Alegre :Editora Mediação, 1998.

LIBÂNEO, J.C. *O ensino de graduação na universidade: a aula universitária*. Goiânia: UCG, 2003.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: apontamentos sobre a pedagogia do exame. Tec. Educ. v.20,n.101, p.82 – 86, 1991.

LUDKE, Menga, SALLES, Mercedes M. Q. Porto. *Avaliação da aprendizagem na educação superior*. In: LEITE, Denise B. C., MOROSINI, Marília. (Orgs.) *Universidade Futurante – produção do ensino e inovação*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

PERÉZ GOMES, A. I. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: SACRISTAN, J. G. & GOMEZ A. P. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RIVILLA, Antônio Medina. *Evaluación de los procesos y resultados del aprendizaje de los estudiantes*. Madrid: Uned, 1998

SACRISTAN, J. G. *El curriculum: una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Ediciones Morata, 1988.

SACRISTAN, J. G. & GOMEZ A. P. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 1998..

SOUZA, Sandra M. Z. L. *Avaliação da aprendizagem : natureza e contribuições da pesquisa no Brasil, no período de 1980 a 1990*. Tese de doutorado, São Paulo : USP, 2000.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. C. *A formação do professor de Ensino Superior*. São Paulo: Pioneira, 2000.

VIEIRA, Lúcia Maria de A. *A avaliação da aprendizagem em um curso de Pedagogia: limites, avanços e evidências da prática*. GEV, Goiânia, 2002.

VILLAS BOAS, Benigna M. de Freitas. *Avaliação no trabalho pedagógico universitário*. In: CASTANHO, S. & CASTANHO, M. E. (Orgs.). *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

WACHOWICS, Lilian Anna. *A dialética da avaliação da aprendizagem na Pedagogia diferenciada*. In: CASTANHO, S. & CASTANHO, M .E. (Orgs.). *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.